

INVESTIGAÇÃO DA INOVAÇÃO E SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO AMAZONAS

Rafael Dantas Oliveira

Email: rafaeldantasoliveira@gmail.com

Mestrando em Engenharia da Produção pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, atualmente exerce o cargo de Supervisor Administrativo na empresa JS Metalurgia, Manaus, Amazonas, Brasil

Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira

Email: ricardo.nogueira3001@hotmail.com

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Professor Adjunto do Departamento de Administração da Faculdade de Estudos Sociais - FES; Coordenador do Curso de Bacharelado em Administração na modalidade EaD, Metalurgia, Manaus, Amazonas, Brasil.

Manuscript first received/Recebido em: 12/05/2016 Manuscript accepted/Aprovado em: 06-09/2017

RESUMO

O objetivo do presente artigo é demonstrar um panorama acerca da inovação e subvenção econômica em micro e pequenas empresas (MPEs) no Estado do Amazonas. Para tanto, foi-se utilizados dados oficiais publicados em língua portuguesa, na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pela Pesquisa de Inovação (PINTEC), do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) através de projetos e editais de subvenção econômica ligados à gestão da inovação em MPEs. A metodologia utilizada é de natureza exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa. Os principais resultados encontrados é que há projetos desenvolvidos com esforços governamentais nos níveis Federal e Estadual que destinaram aporte financeiro às iniciativas de inovação às MPEs do Estado. Sobre o tema da inovação em MPEs a pesquisa contribui para ampliar a percepção das oportunidades de subvenção especialmente as não reembolsáveis. Conclui-se também a centralização que ocorre nas ações de apoio à inovação, as quais ocorrem em apenas algumas instituições demonstrando, desta forma, o pouco relacionamento entre os demais órgãos públicos ou privados para desenvolvimento das ações inovadoras nas MPEs e no ambiente que atuam.

Palavras-Chaves: Gestão da inovação, Micro e Pequenas Empresas, Subvenção econômica

ABSTRACT

The objective of this article is to demonstrate a panorama about the innovation and economic subsidy in micro and small enterprises (MSEs) in the State of Amazonas. For this purpose,

official data published in Portuguese were used in the database of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) by the Research of Innovation (PINTEC), the National Institute of Industrial Property (INPI), the Financier of Studies And Projects (FINEP) and the Foundation for Research Support of the State of Amazonas (FAPEAM) through projects and economic grant announcements linked to the management of innovation in MSEs. The methodology used is exploratory and descriptive, with a qualitative approach. The main results are that there are projects developed with governmental efforts at the Federal and State levels that have allocated the financial contribution to the innovation initiatives to the State MPEs. On the subject of innovation in SMEs, research contributes to widening the perception of grant opportunities, especially non-reimbursable ones. It also concludes the centralization that occurs in the actions of support to innovation, which occur in only a few institutions demonstrating, thus, the little relationship between the other public or private agencies for the development of the innovative actions in the MSEs and the environment that they operate.

Key-words: Innovation management, Micro and Small Enterprises, economic grant

1 INTRODUÇÃO

A dinamicidade na gestão contemporânea prova a cada dia a necessidade de renovação constante por parte das organizações em meio às rápidas mudanças ambientais (WEERAWARDENA & MAVONDO, 2011). Como forma de acompanhar as transformações dos ambientes de negócios, as organizações optam por inovar e criam meios de manter um processo de inovação voltado à geração contínua de ideias de novos produtos e serviços inovadores.

O processo de inovação, de acordo com Roper e Arvanitiz (2012), envolve muito mais do que o desenvolvimento de produtos e serviços, envolve também a exploração de algumas oportunidades específicas.

No caso específico das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), o processo de inovação ocorre por vias peculiares e exclusivas, as quais não recaem diretamente no uso intensivo de pesquisa e desenvolvimento (P&D), de setores ou pessoas específicas para buscar e suportar inovações, mas sim por meio de práticas diárias com o cliente ou melhoramento dos processos, de forma que os pequenos empreendimentos se desenvolvem por meio da experimentação, aprendizagem e adaptação de tecnologias ou práticas (HIRSCH-KREINSEN, 2008).

De forma a estimular melhores condições de competitividade nacional os governos procuram incentivar o crescimento econômico por meio do desenvolvimento da inovação e, apoiando projetos de P&D com potencial para gerar elevadas taxas de retorno (FELDMAN & KELLEY, 2006). Onde a busca da diversificação e distribuição de incentivos à inovação em empresas de diferentes portes (micro, pequena, média e grande). Desta forma, esse sistema

possui um percentual do recurso orçamentário destinado apenas às MPEs (MORAIS, 2008).

De acordo com estas considerações, esse trabalho procura compreender como ocorre a relação da gestão de inovação com os projetos de inovação aprovados via subvenção econômica, no contexto específico das MPEs do Amazonas, de modo a evidenciar alguns aspectos peculiaridades deste cenário.

Para isto o trabalho estará desenvolvendo-se em algumas etapas onde na 1ª parte caberão apresentação e explicação da metodologia determinada à pesquisa proposta estabelecendo tipos, fundamentos e os argumentos que levaram à sua escolha. Na 2ª parte haverá apresentação conceitual e contextual dos principais assuntos levantados e estabelecidos nos objetivos e problema: conceito e gestão da inovação, a evolução das iniciativas dos programas de inovação (e especificamente de fomento via subvenção econômica não reembolsável) no Amazonas; levantados através de pesquisa bibliográfica. Em seguida buscar-se-á estabelecer a conjuntura de atuação das MPEs especificamente no Estado do Amazonas e o contexto de incentivos à inovação. As conclusões obtidas através do panorama de dados e informações compõe etapa seguinte onde se apresenta a procura de estabelecer análises e conclusões dos dados levantados. E ao fim mostra-se lista de referências bibliográficas utilizadas ao suporte e embasamento desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO DE INOVAÇÃO

Dentre os inúmeros conceitos relacionados à inovação pode-se entender como a criação de um produto, serviço ou processo novo faz parte de um processo muito mais amplo, no qual o conhecimento é recolhido e gerido de forma a ser traduzido em insumo dentro da cadeia de valor da inovação (ROPER & ARVANITIZ, 2012).

A acepção mais ampla e antiga do conceito de inovação, que aborda o fenômeno através de um prisma mais econômico, especificamente microeconômico, vem da visão histórica e das colocações onde é proposto por Schumpeter (1982, p.48 e 49):

Esse conceito [de inovação] engloba os cinco casos seguintes: 1) introdução de um novo bem – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados – ou de uma nova qualidade de um bem. 2) introdução de um novo método de produção. 3) Abertura de um novo mercado. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio.

Do ponto de vista de Drucker (2008) a inovação possui o papel de atribuição de novas capacidades aos recursos existentes na empresa para gerar riqueza. Inovação, para ele, é o

instrumento dos empreendedores, o processo pelo qual se explora a mudança como uma oportunidade para diferenciar-se, agregar valor e crescer economicamente.

Ainda conceituando inovação e segundo o Manual de Oslo inovação é:

Implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (OECD, 2005, p. 55).

As ações e impactos da inovação se ampliam para além das atividades comuns à P&D e abrange novas formas de se pensar em bens e serviços; esta visão procura subsidiar os envolvidos em políticas públicas e privadas de apoio à inovação de formas a evitar deformidades e a seguirem uma expectativa mais ampla sobre oportunidades de inovação em MPEs e nas indústrias tradicionais (CASSIOLATO & LASTRES, 2000).

De acordo com a tabela 1 apresentam-se algumas de tantas definições levantadas pelo autor Mendes (2013) em que procura demonstrar toda a amplitude em diferentes conceitos do que é a inovação:

TABELA 1
Conceitos e definições de inovação

AUTORES	DEFINIÇÕES
Afuah (1998:13)	"A inovação é o uso de novos conhecimentos para oferecer um novo produto ou serviço que os clientes querem. Ele também foi definido como a adoção de idéias que são novas para a organização adotante."
Abrunhosa (2003:1)	"A inovação é um processo complexo que envolve não apenas a empresa inovadora, mas também um sistema de interações e interdependências entre essa empresa e outras organizações e instituições".
Aric <i>et al.</i> (2002:188)	"A inovação é a primeira transação comercial bem-sucedida ou, em geral, a primeira sanção positiva do usuário".
Dantas & Moreira (2011:7)	"A inovação é um processo a partir de uma nova ideia, invenção ou reconhecimento de uma oportunidade, através do qual se desenvolve um produto, um serviço ou um modelo de negócio até ser comercializado/validado pelo mercado."
Freeman and Soete (1997:6)	"Uma inovação no sentido econômico é realizada somente com a primeira transação comercial envolvendo o novo produto, sistema de processo ou dispositivo, embora a palavra seja usada também para descrever todo o processo".
Manual de Oslo (2005:46)	"Uma inovação é a implementação de um produto novo ou significativamente melhorado (bem ou serviço), ou processo, um novo método de marketing, ou um novo método organizacional em práticas de negócios, organização no local de trabalho ou relações externas".

Fonte: Mendes, 2013.

Expandindo as percepções acerca da inovação, Johannessen, Olsen e Lumpkin (2001)

definem inovação a partir da criação de novidade, usando este aspecto como principal diferencial. Estes autores utilizaram diferentes tipos de inovação para medi-las em seis tipos, ocorrendo a partir de seis distintas áreas: novos produtos, novos serviços, novos métodos de produção, abertura para novos mercados, novas fontes de fornecimento e novas maneiras de se organizar.

As ações e impactos da inovação se ampliam para além das atividades comuns à P&D e abrange novas formas de se pensar em bens e serviços. Esta visão procura subsidiar os envolvidos em políticas públicas e privadas de apoio à inovação de forma a evitar deformidades e a seguirem uma expectativa mais ampla sobre oportunidades de inovação nas MPE's e nas indústrias tradicionais (CASSIOLATO & LASTRES, 2000).

2.2 APOIO À INOVAÇÃO E OS PROGRAMAS DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA

O contexto histórico de Ciência, Tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil até a década de 1950 não se podia afirmar a existência de um apoio institucional em prol da ciência e tecnologia no Brasil; a partir de 1951 a ciência e a tecnologia tornam-se um tema oficial da agenda do governo e do Conselho Nacional de Pesquisa (renomeado de CNPq em 1978) assim como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram fundados nessa época (AUCÉLIO & SANT'ANA, 2006).

No que tange a evolução das políticas de CT&I e desenvolvimento no Brasil, Viotti (2008) caracteriza esse esforço em três diferentes fases: 1ª fase (até 1980): caracteriza-se como a fase da busca do desenvolvimento por intermédio do crescimento ou da industrialização extensiva; 2ª fase (anos 90 e 2000): marcada pela busca da eficiência, por intermédio da liberação das forças do mercado, como a forma de assegurar o desenvolvimento brasileiro; 3ª fase (atual): tem início um processo de revalorização das políticas públicas como ferramenta necessária ao desenvolvimento, todavia não há uma ruptura com a valorização dos mecanismos de mercado como instrumentos do desenvolvimento.

No caso da inovação nas empresas, um sistema robusto para financiamento e encorajamento do desenvolvimento tecnológico e da própria inovação foi esquecido; aliado a essa situação, temos nos anos 80 um longo período de instabilidade econômica o que influenciou a agenda governamental, da academia e dos negócios no Brasil. Com isso, o debate macroeconômico caracterizado no país durante os anos 1980 e boa parte dos anos 1990 exigiu o desenvolvimento de técnicas analíticas em áreas distantes dos debates em inovação que ocorria em muitos países (ARBIX, 2010).

Esse novo cenário é vocacionado para a promoção da inovação nas empresas no País e tem na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, seu principal agente. Estas leis intensificaram e aperfeiçoaram a relação entre as universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo. A partir de meados da década de 2000 a FINEP lançou diversos programas e chamadas públicas para apoio às empresas (CAVALCANTE, 2011).

Segundo informações do sítio eletrônico da FINEP (2016) o marco regulatório que viabiliza a concessão de subvenção econômica foi estabelecido a partir da aprovação da Lei 10.973, de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.563, de 2005 (chamada LEI DA INOVAÇÃO), e da Lei 11.196, de 21.11.2005, regulamentada pelo Decreto no. 5.798 de 07 de junho de 2006 (chamada LEI DO BEM).

Via subvenção econômica o suporte financeiro, instituída pela Lei de Inovação, segundo Morais (2008, p. 19): “consiste na concessão direta de recursos financeiros não reembolsáveis às empresas, para a cobertura de despesas de custeio de projetos de PD&I de produtos e de processos inovadores”.

3 METODOLOGIA

A natureza da pesquisa tem caráter descritivo, por se tratar de um método mais adequado para descrever as características do fenômeno investigado (GONÇALVES & MEIRELLES, 2002). E tem caráter exploratório, pois busca levantar informações sobre um determinado objeto (SEVERINO, 2007), no caso em tela a gestão da inovação como foco principal.

A coleta de dados apresenta-se como importante fase da pesquisa documental, exigindo do pesquisador alguns cuidados e procedimentos técnicos acerca da aproximação do local onde se pretende realizar a “garimpagem” das fontes que lhes pareçam relevantes a sua investigação. Formalizar esta aproximação com intuito de esclarecer os objetivos de pesquisa e a importância desta constitui-se um dos artifícios necessários nos primeiros contatos e, principalmente, para que o acesso aos acervos e fontes seja autorizado (SILVA, DAMACENO, MARTINS E FARIAS, 2009).

Tais características de delimitação da pesquisa podem ser visualizadas de forma resumida no quadro 1:

ASPECTOS DA COLETA DE DADOS	
Setor	Micro e Pequenas empresas de setores diversos
Requisitos	Dados ligados à MPes e Inovação no Amazonas
Localidade	Amazonas – Brasil
Tipo de Pesquisa	Documental
Documentos	Resoluções, portarias, editais, pareceres, etc.
Período de coleta de dados	Junho a Setembro de 2016

QUADRO 1 - Protocolo de Pesquisa

Fonte: O autor (2016)

Para base de dados de análise deste trabalho procurou-se trabalhar com os editais, publicações e documentos oficiais divulgados, assim como os resultados dos mesmos que envolvessem as MPes do Amazonas e processos ou oportunidades de inovação. Isso envolve todo um cenário local de inovação que deve ser ponderado em determinados aspectos, como a propensão de inovação das empresas do Amazonas, o cenário das micro e pequenas empresas no Amazonas (quantidade, participação na economia local, quantidade de pessoas empregadas, etc.), e o cenário de empresas que trabalham a inovação no Estado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A evolução orçamentária do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) a partir do ano de 2000 foi divulgada na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2012 – 2015 em seu Balanço das atividades estruturantes (2011), conforme gráfico 1:

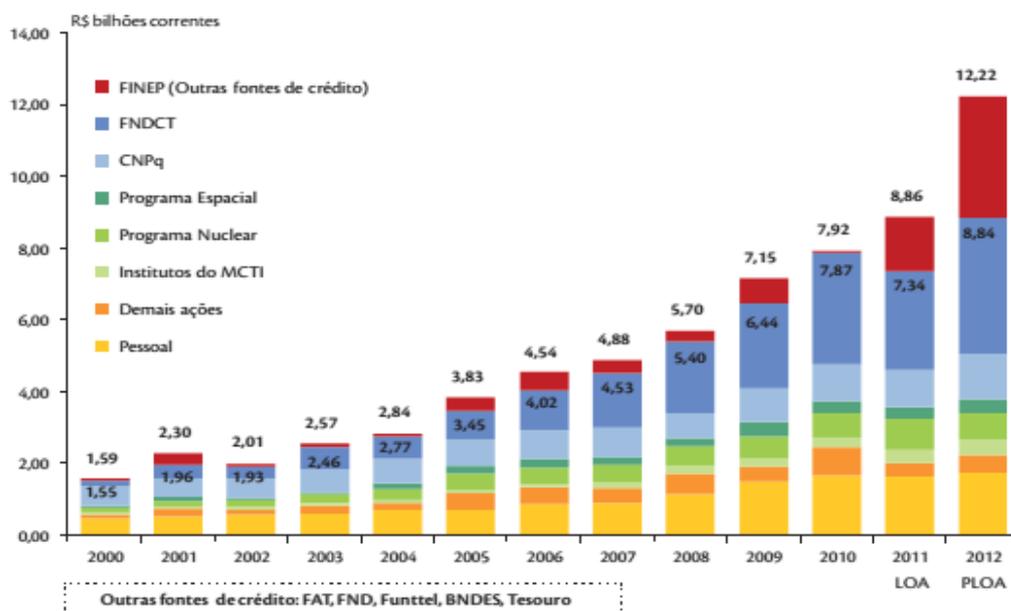


GRÁFICO 1 – Evolução do orçamento do MCTI de 200 a 2012, em R\$ bilhões correntes Fonte: MCTI, 2011.

Demonstrado nitidamente o crescimento do investimento na pasta e na estratégia de inovação

nacional dos anos 2000 a 2012, nota-se que os recursos para custeio e capital passaram de R\$ 1,1 bilhão em 200 para mais de R\$ 6,1 bilhões em 2010, sendo o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia-FNDCT a maior parte do orçamento do MCTI no gráfico 2 (com cerca de 50%) ultrapassando a marca de R\$ 3,0 bilhões em 2010.

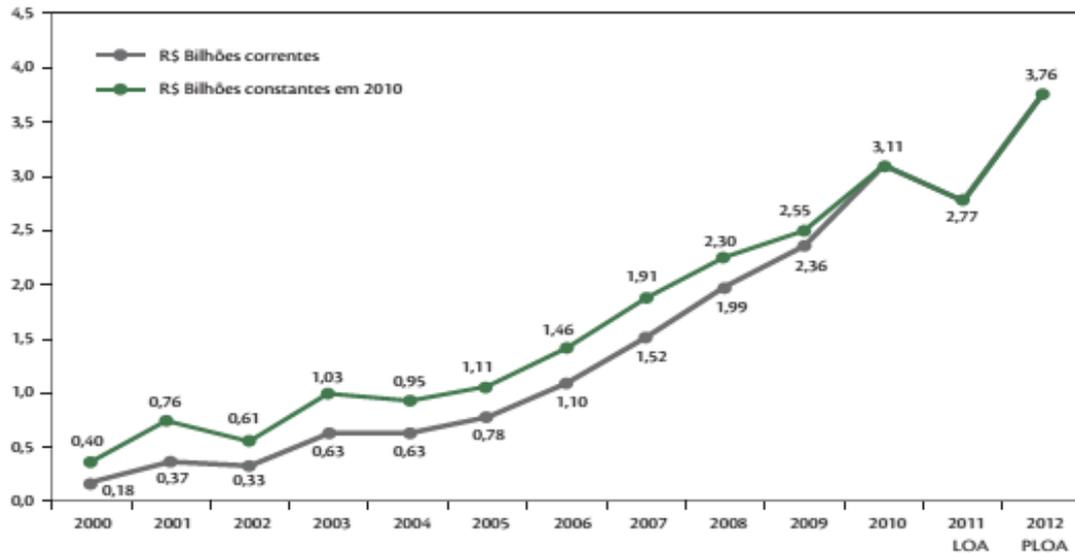


GRÁFICO 2 – Evolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT: fundos setoriais e outros recursos sob sua supervisão), de 2000 a 2012, em R\$ bilhões constantes, IPCA (média anual/dez.2006) para 2000-2006 e R\$ bilhões correntes para 2007-2012.

Fonte: MCTI, 2011.

Ratificando as intenções governamentais de inovação junto às MPE's o MCTI (2016) em afirma em seu documento de Estratégia Nacional de ciência, tecnologia e inovação de 2016-2019 no tópico das principais tendências das políticas de CT&I (2016, p.53):

Há uma forte tendência de maior foco nos instrumentos das políticas de inovação. Isto significa que as iniciativas governamentais tendem a ser menos genéricas e mais específicas, como o apoio direcionado a startups ou pequenas empresas ao invés de investir em todo o conjunto de firmas nacionais. Além de mais direcionadas, as políticas têm primado pela maior competitividade pelos recursos e por uma diversidade maior de instrumentos. Os incentivos fiscais, os vouchers para inovação e a participação em empresas (equity financing) se tornaram recentemente mais relevantes na cesta de instrumentos de apoio à inovação em diversos países.

Entretanto a eficácia da política de inovação não depende apenas de mudanças ou aperfeiçoamentos introduzidos na gestão da política, em suas instituições ou normas, faz-se necessário que os preceitos da inovação introduzidos por essas políticas encontrem todo um ambiente favorável para se desenvolver. Para que isso ocorra às instituições de ensino e pesquisa e as empresas precisam, também, sofrer as transformações apropriadas (VIOTTI, 2008).

O desenvolvimento econômico pode ser fortemente influenciado pela estrutura produtiva das regiões, e as MPEs podem contribuir com uma parcela significativa para esse processo. No caso brasileiro, em que existe uma predominância dessas empresas no setor industrial e comercial da economia.

A participação dessas empresas na dinâmica econômica apresentou na década de 1990 uma forte ampliação, fato ainda muito discutido na ciência econômica. Mas o que se tem de concreto é que a maior parte da estrutura industrial brasileira é formada pelas MPEs, segundo dados do SEBRAE (2015) referente ao anuário 2014.

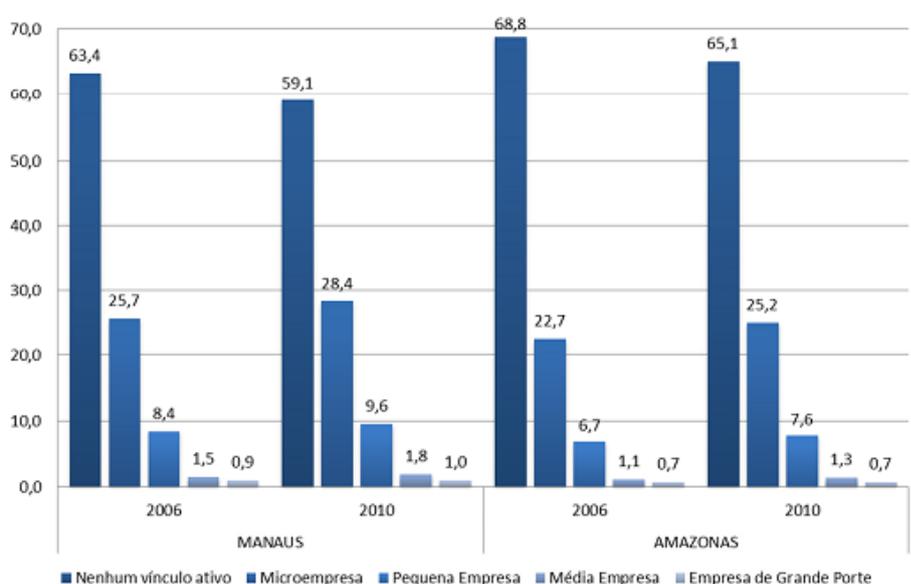


GRÁFICO 3 – Distribuição de estabelecimentos privados, segundo porte (em %) Amazonas e Manaus 2006 e 2010.

Fonte: RAIS, TEM- DIESSE, Observatório do Mercado de Trabalho de Manaus 2011.

A partir dos dados no gráfico 1 do estudo do Departamento Intersindical De Estatística e Estudos Socioeconômicos- DIEESE (2011) observa-se que na análise de vínculos trabalhistas de 2006 e 2010, por porte de empresas, houve grande participação das MPEs e se faz perceptível a evolução nos números das mesmas no contexto econômico no Estado do Amazonas, onde em 2006 a participação foi de 27,4% elevando-se em 2010 para 32,8%. Especificamente em Manaus em 2006 possuía um total de 34,1% e em 2010 chegou a 38%.

Significando grande responsabilidade pela capacidade empregadora da maior parte da população economicamente ativa. Onde se faz necessário mensurar mais alguns dados que demonstram o cenário das MPEs no Estado do Amazonas.

Tabela 2
Quantitativo de Micro e Pequenas Empresas

Número e Distribuição dos estabelecimentos por porte 2013

Micro e Pequena	Total %	Média e grande	Total %
-----------------	---------	----------------	---------

INVESTIGAÇÃO DA INOVAÇÃO E SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO AMAZONAS

Rafael Dantas Oliveira, Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira

Brasil	6.629.879	99,00%	70.242	1,00%
Norte	245 462	98,60%	3 417	1,40%
Amazonas	47 267	97,90%	1 014	2,10%

Fonte: SEBRAE, Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014

Ao analisar apenas o quantitativo de empresas há o comparativo por porte demonstrado na tabela 2, pode-se notar a considerável participação das MPEs no cenário econômico local participando em 97,90% do total de empresas localizadas no Amazonas, sendo este dado menor que a média obtida no Norte apresentado por 98,60%, grande parte devido à concentração de grandes indústrias localizadas no Polo Industrial de Manaus (PIM), porém este índice ainda demonstra o um grande percentual de empresas de MPEs há no Estado do Amazonas.

Atividades da indústria	Empresas que implementaram inovações								
	Total	Que receberam apoio do governo, por tipo de programa							
		Total	Incentivo fiscal		Subvenção econômica	Financiamento			Outros programas de apoio
			À Pesquisa e Desenvolvimento	Lei da informática		A projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e inovação tecnológica		À compra de máquinas e equipamentos utilizados para inovar	
					Sem parceria com universidades	Em parceria com universidades			
Total Brasil Indústria	41	14							
	470	356	1 044	618	314	502	389	11 345	3 143
Total Amazonas Indústria	457	270	24	182	28	7	4	38	48

QUADRO 2 - Quantitativo de empresa industriais que implementaram inovações por tipo

Fonte: O autor (2016)

Nota: Elaboração própria a partir de dados PINTEC 2011- IBGE (2013).

O Quadro 02 procura mostrar as indústrias no Amazonas que receberam apoio do governo federal para implementação de inovações e seus diversos tipos de programas contemplados, sendo sua maior participação pelo incentivo fiscal através da Lei da informática tal dado se justifica pela quantidade de empresas estabelecidas no PIM. Sendo de subvenção econômica 28 empresas no corte de dados apresentados no estudo de 2011.

Tabela 3
Estatística Propriedade Industrial Amazonas anos 2013 e 2014

Ano	Contratos	Desenho Industrial	Indicação Geográfica	Marcas	Patentes			Programa de Computador
					PI	MU	CA	
2013	162	12	0	1.506	4.080	30	0	20
2014	81	6	0	753	26	15	0	10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados INPI (2015).

A tabela 3 procura mostrar de forma bem objetiva o quantitativo atual de indicadores e

estatística de propriedade industrial realizada nos anos de 2013 e 2014, onde se pode perceber a concentração dos registros em marcas e contratos; onde as de indicação geográfica e Certificado de Adição de Invenção (CA) não possuem nenhum registro no período. Entendendo assim que há uma larga amplitude de atuação seja de MPEs, de médias ou grandes empresas para desenvolvimento nesta perspectiva.

Demonstrando a aplicabilidade da subvenção econômica a FINEP lançou de forma inicial, em 2006, três editais para a seleção de projetos, iniciando o Programa de Subvenção Econômica (desenvolvido através do PROGRAMA DE APOIO A PESQUISA EM EMPRESAS-PAPPE): (i) subvenção a empresas, no valor de R\$ 300 milhões; (ii) subvenção a micro e a pequenas empresas, com recursos de R\$ 150 milhões; e (iii) subvenção para a contratação de pesquisadores em empresas, com recursos de R\$ 60 milhões. O valor total previsto nos três editais alcançou R\$ 510 milhões, a serem aplicados nas empresas selecionadas no período de três anos. Dos quais uma parcela de R\$ 60 milhões foi destinada exclusivamente a MPEs, para a seleção de projetos de inovação no valor mínimo de R\$ 300 mil por empresa, em duas etapas: atendimento às opções estratégicas e às atividades portadoras de futuro.

As principais modalidades de financiamentos não reembolsáveis no País, e particularmente no Estado do Amazonas, vigentes no momento da realização deste estudo, são: Subvenção Econômica (operacionalizada pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI): consiste no aporte direto de recursos orçamentários nas empresas para a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, visando promover um significativo incremento da inovação no país; PAPPE Subvenção (operacionalizado pela FINEP): Programa de Apoio à Pesquisa a Micro e Pequenas Empresas com a finalidade de conceder apoio financeiro na forma de subvenção econômica (recursos não reembolsáveis) às empresas de base tecnológica de pequeno porte; TECNOVA (operacionalizado pelo FINEP e FAPEAM) cujo objetivo é criar condições financeiras favoráveis e apoiar a inovação - por meio de recursos de subvenção econômica - para o crescimento rápido de um conjunto significativo de empresas de micro e pequeno porte; FUNTEC (operacionalizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES): Fundo Tecnológico criado com o intuito de apoiar financeiramente projetos que objetivam estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o país, em conformidade com os programas e políticas públicas do governo; Programa RHAÉ (operacionalizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Instituto Euvaldo Lodi- IEL e FAPEAM): Programa de Formação de

Recursos Humanos em Áreas Estratégicas, criado para agregar pessoal altamente qualificado em atividades de P&D nas empresas, além de formar e capacitar recursos humanos que atuem em projetos de pesquisa aplicada ou de desenvolvimento tecnológico; e por fim Programa SEBRAEtec (operacionalizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE), criado com o objetivo de incentivar a utilização de tecnologia nas micro e pequenas empresas, visando sua modernização, para que possam se tornar mais competitivas no mercado globalizado.

De acordo com dados da FAPEAM (2016) disponibilizados em seu sítio eletrônico há o seguinte panorama quantitativo de MPEs contempladas nos editais de subvenção econômica não reembolsável (PAPPE e TECNOVA) a partir de 2004:

- Programa PAPPE Edital 001/2004 – 25 empresas
- Programa PAPPE Subvenção Edital 08/2008 – 19 empresas
- Programa PAPPE Subvenção Edital 17/2008 – 23 empresas
- Programa PAPPE Integração Edital 003/2011 – 24 empresas
- Programa Tecnova/AM – edital 025/2013 – 26 empresas

Compondo o total de 117 MPEs contempladas.

Para Rapini, Silva e Schultz (2010), ainda existem ausências, em todos os mecanismos de apoios financeiros, sobretudo nos não reembolsáveis, de uma metodologia de avaliação dos resultados, não em termos do sucesso ou insucesso das propostas, mas da real assimilação de conhecimento e internalização das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas contempladas com o financiamento.

5 CONCLUSÃO

Observa-se através do panorama apresentado que o instrumento de subvenção econômica destinada exclusivamente à MPEs, hoje, configura-se como importante ferramenta e oportunidade de inovação, sendo que esse potencial de inovação depende do processo de estruturação internas (ligadas à capacidade produtiva, criação e gerenciamento de ideias e ações inovadoras, etc.) e externas (parcerias com instituições de pesquisa, oportunidade de participação em editais, cenário econômico local, etc.) à organização, o que no caso das MPEs tomam proporções específicas e exclusivas de seus ambientes de negócios.

Diante desse cenário podem-se destacar as seguintes instituições que possuem objetivo,

programas, ações com esse foco: FAPEAM, SEBRAE, FINEP e IEL. Onde sobressai o papel da FAPEAM que desde sua criação lança e apoia projetos direcionados para o incentivo a inovação Estadual destinados às MPEs do Amazonas. Que se destacam os programas de fomento PAPPE e TECNOVA como principais oportunidades via editais de subvenção econômica não reembolsável do Estado.

Conclui-se, também, que existe uma centralização em apenas alguns órgãos públicos nas atividades e ações de apoio às MPEs, o que demonstra o não relacionamento e ações entre prefeituras, associações ou entidades civis no desenvolvimento de canais de comunicação e integração de ações entre órgãos públicos ou, também, privados no desenvolvimento deste ambiente.

Diante das análises perpetradas no trabalho, pode-se concluir que as MPE's do Amazonas contam com um instrumento de grande valia para desenvolvimento de inovações em diversas áreas, mesmo que carecendo de melhorias. Situação fica perceptível na concentração não só nas áreas e portes de inovação das empresas, como também nos tipos de inovação que adotam em seus processos.

REFERÊNCIAS

ARBIX, G. (2010). Inovação: estratégia de sete países. Brasília, DF: ABDI.

AUCÉLIO, J. G., & SANT'ANA, P. J. P. de. (2006) Trinta anos de políticas públicas no Brasil para a área de Agricultura. Revista Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 23, p.252-268.

BRASIL. Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>

CALMANOVICI, C. E. A inovação, a competitividade e a projeção mundial das empresas brasileiras. Revista USP, São Paulo, n. 89, maio 2011.

CASSIOLATO, J., & LASTRES, H. (2000) “Sistemas de Inovação: políticas e perspectivas”, Parcerias Estratégicas, n. 08, pp. 237-255.

CAVALCANTE, L. R. (2011) Consenso difuso, dissenso confuso: paradoxos das políticas de inovação no Brasil. Radar-Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, Brasília: IPEA, n.13.

CHESBROUGH, H. (2010) Business model innovation: opportunities and barriers. Long Range Planning, vol. 43, pp. 354-363.

DIEESE- Departamento Intersindical De Estatística E Estudos Socioeconômicos. (2011) Perfil das Micros e Pequenas Empresas no Município de Manaus, Termo de Contrato N°. 005/2011 SEMTRAD e DIEESE. São Paulo.

DRUCKER, P.F. (2008) Inovação e Espírito Empreendedor. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus.

FAPEAM- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. Relatório de Atividades 2014. Manaus-AM, 2014. Disponível em: <<http://www.fapeam.am.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Relatorio-de-Atividades-2014.pdf>>

FELDMAN, M. P., & KELLEY, M.R. (2006). The ex ante assessment of knowledge spillovers: government R&D policy, economic incentives and private firm behavior. *Research Policy*, V. 35, p. 1509–1521.

FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos. Subvenção econômica. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/capao-e-financiamento-externa/instrumentos-de-apoio/subvencao-economica>>

GONÇALVES, C. A., & MEIRELLES, A. M. (2002) Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HIRSCH-KREINSEN, H. (2008) Low-tech innovations. *Industry and Innovation*, vol. 15, n. 1, pp. 19–43.

Jon-Arild Johannessen, Bjørn Olsen, G.T. Lumpkin, (2001). Innovation as newness: what is new, how new, and new to whom?," *European Journal of Innovation Management*, Vol. 4 Iss: 1, pp.20 – 31.

LOPES, A.P. V. B. V. et al. Innovation management: a literature review about the evolution and the different innovation models. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INDUSTRIAL ENGINEERING AND OPERATIONS MANAGEMENT, 2012, Guimarães. Proceedings... Rio de Janeiro: ABEPRO, 2012.

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013) Pesquisa de inovação- PINTEC 2011. Rio de Janeiro.

MENDES, H. E. C. (2013). Inovação no setor de componentes para a indústria automóvel. 117 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Empresariais. Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais, Setúbal, Portugal.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Estratégia Nacional De Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019, 2016. Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/documents/10179/1712401/Estrat%C3%A9gia+Nacional+de+Ci%C3%A2ncia,%20Tecnologia+e+Inova%C3%A7%C3%A3o+2016-2019/0cfb61e1-1b84-4323-b136-8c3a5f2a4bb7>>.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015 Balanço das Atividades Estruturantes 2011. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0218/218981.pdf>.

MONTANHA JUNIOR, I. R. et al. (2008) Importância, Definições e Modelos de Inovação. In: CORAL, E.; OGLIARI, A.; ABREU, A. F. (Ed.). Gestão Integrada da Inovação: Estratégia, Organização e Desenvolvimento de Produtos. São Paulo: Atlas, p. 1-13.

MORAIS, J. M. (2008) Programas especiais de crédito para micro, pequenas e médias empresas: BNDES, Proger e Fundos Constitucionais de Financiamento. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Org.). Políticas de Apoio à Inovação Tecnológica no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v. 1, 2008. p. 389-433.

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, (2005), Oslo manual: the measurement of scientific and 94 technological activities. 3. ed. Paris: OECD. Traduzido pela FINEP. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>

RAPINI, M. S., SILVA, L., & SCHULTZ, S. (2010). Instrumentos financeiros de apoio à inovação: como é a participação das empresas mineiras. Anais do Seminário sobre a Economia Mineira, 14.

ROPER, S., & ARVANITIZ, Spyros. (2012) From knowledge to added value: A comparative, panel-data analysis of the innovation value chain in Irish and Swiss manufacturing firms. Research Policy, vol. 41, pp. 1093-1106.

SCHUMPETER, Joseph A. (1982). Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo, Abril Cultural.

SEBRAE. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2014. Brasília, 2015. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario-do%20trabalho-na%20micro-e-pequena%20empresa-2014.pdf>>

SEPÚLVEDRA, Leonardo Sampaio. (2013) Capacidade e inovação: a influência da gestão na capacidade de inovação das MPes. Dissertação. UFBA. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario-do%20trabalho-na%20micro-e-pequena%20empresa-2014.pdf>>

SEVERINO, A. J. (2007). Metodologia do Trabalho Científico (23ed). São Paulo: Cortez.

Silva, R.L.C., Damaceno, A.D., Martins, M.C.R., Sobral, K.M., & Farias, I.M.S. (2009). Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Paraná. Anais... Paraná: PUCPR. p. 4554- 4566.

SUFRAMA- Superintendência da Zona Franca de Manaus. PIM fecha 2014 com faturamento de R\$ 87,2 bilhões. Manaus-AM, 2015. Disponível em: < http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=16896>

TIDD, J., & BESSANT, J. Gestão da Inovação. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

VIOTTI, E. B. (2008) Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios as políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação. In: CGEE - CENTRO DE

INVESTIGAÇÃO DA INOVAÇÃO E SUBVENÇÃO ECONÔMICA EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
NO ESTADO DO AMAZONAS

Rafael Dantas Oliveira, Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira

GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. Avaliação de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: CGEE.

WEERAWARDENA, J., & MAVONDO, F. T. (2011) Capabilities, innovation and competitive advantage. *Industrial Marketing Management*, vol. 40, pp. 1220-1223.